

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST**

THIAGO MORAES DA SILVA

**A OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ENTORNO DO BAIRRO DO ABIAL NO
MUNICÍPIO DE TEFÉ- AM, DE 1976 - 2018**

Tefé - Am
2018

THIAGO MORAES DA SILVA

**A OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ENTORNO DO BAIRRO DO ABIAL NO
MUNICÍPIO DE TEFÉ- AM, DE 1976 - 2018**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História, no Centro de Estudos Superiores de Tefé - Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador: Prof. Msc. Tiago Santos

Tefé - AM
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

DA SILVA, Thiago Moraes;
A ocupação territorial no entorno do Bairro do Abial no Município de Tefé- AM,
de 1976 - 2018. / Thiago Moraes da Silva - 2018. 53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História).
Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2018.

THIAGO MORAES DA SILVA

**A OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ENTORNO DO BAIRRO DO ABIAL NO
MUNICÍPIO DE TEFÉ- AM, DE 1976 - 2018**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, ao curso de História, do Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. MSc. Tiago Santos
(CEST/UEA)

Membro: Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles
(CEST/UEA)

Membro: Prof. MSc. Jubrael Mesquita da Silva
(CEST/UEA)

Tefé, _____, de _____ de _____.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minhas filhas Sophia Queiroz da Silva e Thaíse Queiroz da Silva, que são meus amores e minha inspiração de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir dar mais um passo em minha caminhada escolar. Aos meus mestres do curso de História que contribuíram com esta conquista profissional. Ao Prof. MSc. Tiago Santos, meu orientador que teve a maior paciência e disposição comigo. A minha mãe Hosannah da Silva Moraes que deu-me a vida e tem sido o meu escudo e fortaleza. A minha esposa Silvanne Souza Queiroz, amiga e companheira de todas as horas. À todos muito obrigado.

EPÍGRAFE

“A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadoria em geral.”

(KARL MARX)

RESUMO

O presente trabalho discute sobre o processo de ocupação territorial no entorno do Bairro do Abial, sabendo-se que os primeiros Títulos Definitivos deste município foram expedidos de forma capitalista á proprietários legalmente constituídos pela Prefeitura Municipal de Tefé e Cartório da 1ª Vara da Comarca de Tefé, cujos proprietários não utilizaram a terra para agricultura, criação de animais ou habitação, eles compravam e posteriormente vendiam apenas por interesses financeiros, obtendo lucro pela comercialização da terra. Enquanto isso ribeirinhos tefeenses sobreviviam em situações de risco, habitações precárias em flutuantes, palafitas outros sem possuir casa própria. Este trabalho justifica-se por oferecer subsídios teóricos sobre ocupações territoriais no município de Tefé, fortalecimento da sociedade patrimonialista e a ação da classe dominante sobre uma classe dominada. Nesse contexto, a carência de políticas públicas é latente, há o discurso ideológico em favor das classes menos favorecidas, mas na prática isso não funciona. Nesse ensejo pretende-se contribuir com esta discussão, reflexão e alertar sobre a alienação, justiça e igualdade social. Assim teve-se como objetivo geral compreender os processos históricos que levaram a ocupação territorial no entorno do Bairro do Abial, a partir de 1976. Para tanto, a metodologia pautou-se na pesquisa de campo, história oral com entrevistas, análise documental de origem cartorária e do Setor de Terras da Prefeitura Municipal de Tefé, enfoque na pesquisa qualitativa. Utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica com destaque para Faoro (2012), Pessoa (2004), Stédile (2005), Becker (2005), Gadelha (2002), Loreiro e Pinto (2005), entre outros. Os resultados desvelam que a partir de 1976, terras do Patrimônio Municipal que eram públicas tornaram-se privadas, pois foram vendidas a pessoas físicas e jurídicas, ou seja, a quem possuía condições de comprar, fortalecendo desta forma o capitalismo, a sociedade patrimonialista e a divisão de classes sociais no município de Tefé, sendo que a partir de 2012 as terras devolutas do entorno do Bairro do Abial foram ocupadas por pessoas de baixa renda formando os Bairros Colonia Ventura, Deus é Fiel e o Conjunto Habitacional Castanheira.

Palavras – chave: Terra. Capitalismo. Tefé.

ABSTRACT

The present work discusses the process of territorial occupation in the neighborhood of the Abial District, knowing that the first Definitive Titles of this municipality were sent in a capitalist way to owners legally constituted by the Municipality of Tefé and Notary of the 1st Court of the County of Tefé, whose owners did not use the land for agriculture, animal husbandry or housing, they bought and later sold only for financial interests, making a profit for the commercialization of land. In the meantime, Tefean riparians survived in dangerous situations, precarious dwellings in floating houses, other stilts without own house. This work is justified by offering theoretical subsidies on territorial occupations in the municipality of Tefé, strengthening of the patrimonial society and the action of the ruling class over a dominated class. In this context, the lack of public policies is latent, there is the ideological discourse in favor of the less favored classes, but in practice this does not work. In this opportunity it is intended to contribute to this discussion, reflection and to alert about alienation, justice and social equality. Thus, the general objective was to understand the historical processes that led to territorial occupation in the neighborhood of the Abial District, from 1976. For that, the methodology was based on field research, oral history with interviews, documentary analysis of origin carpentry and the Land Sector of Tefé City Hall, focusing on qualitative research. It was also used the bibliographic research with highlight to Faoro (2012), Pessoa (2004), Stédile (2005), Becker (2005), Gadelha (2002), Loreiro and Pinto (2005), among others. The results reveal that from 1976, Municipal Heritage lands that were public became private, since they were sold to individuals and legal entities, that is, to those who had the conditions to buy, thus strengthening capitalism, the patrimonial society and the division of social classes in the municipality of Tefé, and from 2012 the vacant lands around the neighborhood of Abial were occupied by low-income people forming the neighborhoods of Colonia Ventura, God is Faithful and the Conjunto Castacional Castanheira.

Key words: Earth. Capitalism. Tefé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Imagem do Centro da cidade de Tefé com vistas ao Bairro Abial	30
Figura 02: Terreno antes da ocupação e formação do Bairro Colônia Ventura	32
Figura 03: Ocupação do terreno que posteriormente foi formado o Bairro Colônia Ventura.....	33
Figura 04: Situação da Rua I, Bairro Colônia Ventura, em Tefé-AM, sem pavimentação.....	35
Figura 05: Novo Prédio da Escola Municipal Colônia Ventura, inaugurada em 2018.....	36
Figura 06: Casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, atualmente denominado Conjunto Residencial Castanheira.....	44
Figura 07: Ocupação/Bairro Deus é Fiel.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Título Definitivo de Américo Queiroz Batalha.....	36
Tabela 2: Título Definitivo da Vila Engenharia Ltda	38
Tabela 3: Título Definitivo de Guilhermina Torres dos Santos.....	39
Tabela 4: Título Definitivo do Conjunto Habitacional Parque dos Rios.....	39
Tabela 5: Título Definitivo da Empresa Calabura Participações e Empreendimentos Ltda	40
Tabela 6: Título Definitivo pertencente à Sra. Guilhermina dos Santos Torres.....	42

LISTA DE SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia

BASA – Banco da Amazônia

COMARA – Comando de Aeroportos da Amazônia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FLONA's – Florestas Nacionais

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e de Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAS – Plano da Amazônia Sustentável

PMT – Prefeitura Municipal de Tefé

PPA – Plano Plurianual da Amazônia

PPA – Plano Plurianual da Amazônia

PPG7 – Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras

RESEX – Reservas Extrativistas

SAAE – Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE OCUPAÇÕES TERRITORIAIS NO BRASIL	15
1.2 A LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	21
1.3 O SONHO PELA REFORMA AGRÁRIA	27
2 BREVE CONTEXTO DO BAIRRO DO ABIAL	29
2.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ENTORNO DO BAIRRO DO ABIAL	31
2.2 TÍTULOS DEFINITIVOS OUTORGADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ	36
2.3 ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO OUTORGADOS PELO CARTÓRIO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TEFÉ	40
2.4 CONJUNTO RESIDENCIAL CASTANHEIRA	43
2.5 OCUPAÇÃO/BAIRRO DEUS É FIEL	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute sobre a ocupação territorial no entorno do Bairro do Abial em áreas com grandes extensões de terras em desuso até início de 2012, apesar de possuir proprietários legalmente constituídos pela Prefeitura Municipal de Tefé e Cartório da 1ª Vara da Comarca de Tefé. Atentando-se ao fato de que os primeiros Títulos Definitivos do município de Tefé foram expedidos de forma capitalista. Contudo, tais proprietários não demonstraram interesse em utilizar a terra para agricultura, criação de animais ou habitação, observou-se que eles compravam e posteriormente vendiam apenas por interesses capitalistas, ou seja, de obter o lucro pela comercialização da terra.

Entretanto, sabe-se que os ribeirinhos da cidade de Tefé enfrentam muitas dificuldades no período da enchente dos rios, principalmente quando os níveis da enchente das águas ultrapassam o esperado. Desse modo, os moradores da área urbana que residem no entorno da cidade enfrentam a alagação de suas casas, doenças (as mais comuns são verminoses, malária e dengue), animais peçonhentos (cobras, escorpião e aranha), entre outros fatores. Assim, é notório que a classe subalterna sofre com o descaso social e carência de políticas públicas enquanto que a classe dominante tenta se fortalecer cada vez mais.

Para tanto, o objetivo geral foi compreender os processos históricos que levaram a ocupação territorial no entorno do Bairro do Abial, a partir de 1976. E, objetivos específicos: Identificar quem são os principais proprietários de terras no entorno do Bairro do Abial; Compreender a origem da concentração de terras nas mãos de latifundiários no Bairro do Abial; Perceber de que forma as questões capitalistas influenciaram na expedição de Títulos Definitivos destas terras.

Este trabalho justifica-se por oferecer subsídios teóricos sobre ocupações territoriais no município de Tefé, fortalecimento da sociedade patrimonialista e a ação da classe dominante sobre uma classe dominada. Nesse contexto, a carência de políticas públicas é latente, há o discurso ideológico em favor das classes menos favorecidas, mas na prática isso não funciona. Nesse ensejo pretende-se contribuir com esta discussão, reflexão e alertar sobre a alienação, justiça e igualdade social.

A metodologia utilizada foi à pesquisa de campo, cujo pesquisador se deslocou até a área territorial em estudo, história oral, entrevistas com os líderes dos bairros formados nestas ocupações e liderança do Movimento Nacional de Luta pela

Moradia de Tefé, análise documental de origem cartorária e do Setor de Terras da Prefeitura Municipal de Tefé, enfoque na pesquisa qualitativa. Utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica com destaque para Faoro (2012), Pessoa (2004), Stédile (2005), Becker (2005), Gadelha (2002), Loreiro e Pinto (2005), entre outros.

O primeiro capítulo destaca sobre o breve contexto de ocupações territoriais no Brasil, suas implicações e consequências, as constantes lutas na Amazônia pela posse de terras e o sonho da reforma agrária que é assegurado na legislação brasileira mais não existiu de fato nesta região. Enquanto que o segundo capítulo discute sobre o Bairro do Abial e as ocupações que se formaram em áreas devolutas no entorno deste Bairro, áreas que pertenciam ao Patrimônio Municipal e foram vendidas a pessoas físicas e jurídicas, fortalecendo o capitalismo, a sociedade patrimonialista e permitindo a exclusão social.

1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE OCUPAÇÕES TERRITORIAIS NO BRASIL

Conforme Gadelha (2002) a viagem patrocinada pelos reis espanhóis do italiano Cristóvão Colombo (1451-1506) e que culminou no “descobrimento” das Américas foi o ponto de partida para que Portugal e Espanha assinassem o Tratado de Tordesilhas em 1494, bem como também outros Tratados tais como o de Utrecht, Santo Idelfonso e Madri, ambos assinados no século XVIII, contudo o Tratado de Tordesilhas foi uma das primeiras formas de divisão das terras brasileiras. Posteriormente, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral ancorou nas terras do Novo Mundo que em alusão ao pau-brasil foi chamada de Brasil.

Ao analisar-se a historiografia brasileira, pode-se perceber que o impulso para formação do latifúndio neste país, deve-se aos colonizadores que chegaram ao Brasil movidos pelo espírito aventureiro e conquistador numa visão colonialista e etnocêntrica, apossaram-se das riquezas encontradas inclusive, de terras. Nesse ensejo, o Brasil foi dividido em lotes de terras classificados em capitanias hereditárias, doado à nobres que ficaram conhecidos como donatários, estes para melhor compreensão eram os donos das capitanias que tinham o poder de dividir o território de suas terras em lotes, ou sesmarias, essa repartição era feita à pessoas que possuíam condições físicas e financeiras de explorar as sesmarias no intuito de gerar renda e expansão dos interesses colonialistas, conforme explica Stédile:

A primeira forma de distribuição da terra foi o sistema de capitanias hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviço à Coroa. Em troca de favores e tributos, eles recebiam essas concessões, obrigando-se a explorá-las e, sobretudo, a protegê-las, tendo ainda o direito de deixar para seus herdeiros essas terras. Os donatários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de sesmarias entregues aqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las. Isso implicava produzir gêneros comercializáveis, gerando tributos e, conseqüentemente lucros para a Coroa. (1998, p.14).

O Brasil Colônia possuía poucas atividades comerciais no meio urbano, a principal fonte de renda dava-se no meio rural através do latifúndio monocultor tendo em vista que na época a cana de açúcar era muito lucrativa no continente europeu. Nisso, a visão dos colonizadores era principalmente explorar o “Mundo Novo” e esse sistema econômico vigorou por muito tempo, seguida pela pecuária em grandes extensões de terras. Entretanto, enquanto os donatários se tornaram grandes

latifundiários a pobreza e miséria aumentava entre a classe baixa, cujo trabalho braçal era um meio de sobrevivência para os mesmos, sobre isso Figueiredo destaca:

A economia agrária no Brasil colonial foi de intensa exploração rural. A colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares. A produção da cana de açúcar muito procurada na Europa e depois o tabaco marcaram durante séculos a economia e a sociedade brasileiras. Lavouras de cana, engenhos de açúcar e extensos latifúndios dedicados a pecuária marcaram o período (FIGUEIREDO, 2011, p. 121).

Entretanto, o território brasileiro continuou sendo explorado pelos portugueses, conforme pode-se comprovar em uma carta escrita por Diogo Nuñez à Dom João III, rei de Portugal. Tais informações só foram possíveis ser coletadas devido homens desbravadores chamados de sertanistas juntamente com outros interessados em conquistar riquezas e ampliar as terras conquistadas partiram pelos sertões e para os Rios: Amazonas, Negro, Paraguai, Tocantins, Solimões, entre outros, regiões Norte e Nordeste, área que posteriormente seria acordado o Tratado de Madri. Isso é corroborado por Gadelha.

As informações de Diogo Nuñez foram comprovadas pelos sertanistas desde a segunda metade do século XVII, quando portugueses e mamelucos, soldados e missionários, partindo da capitania do Grão-Pará, desbravaram os afluentes do Amazonas e os sertões desses rios, ampliando o território até o Mato Grosso. Esses caminhos das monções, que partiam de Belém e do Maranhão, atingiam as nascentes das já conhecidas bacias do Paraná e do Paraguai – ou, passando pelo Madeira e pelo Tocantins-Araguaia, caminhando para o leste, ligavam a bacia do Amazonas ao São Francisco. Completava-se, assim, o contorno das futuras fronteiras, que seriam reconhecidas pelo Tratado de Madri de 1750 (2002, p. 68).

Todavia, o Brasil Imperial compreendido entre 1808 à 1889, foi marcado pela exploração da terra pautado na mão de obra escrava de negros trazidos da África em navios negreiros em péssimas de condições de sobrevivência. Chegando às terras brasileiras os donatários, seus senhores, os faziam explorar produtos tropicais geralmente encontrados nas costas marítimas. As condições de trabalho eram péssimas, comida e água escassa, alguns negros eram acometidos por graves doenças, outros morriam e os que sobreviviam nesta escravidão sofriam castigos físicos nas senzalas quando tentavam se rebelar. Os donatários, ou melhor, os latifundiários brasileiros basearam seus interesses econômicos na monocultura da cana de açúcar, isso é corroborado por Malerba:

No Brasil, a grande extensão territorial era desproporcional ao número reduzido de colonos disponíveis, levando a que se adotasse o trabalho escravo, que existia residualmente em algumas regiões europeias. [...] Os colonizadores só se dirigiram para o interior quando o incremento da atividade canavieira o exigiu. A sociedade que se formou nos trópicos, obedecendo ao próprio sentido da colonização, assentou-se no **trabalho escravo**, no **latifúndio** e na **monocultura** (1999, p. 06).

Em 1850 havia uma grande pressão no Brasil, os negros até então escravos lutavam por liberdade, os ingleses alertavam para a necessidade de substituição da exploração do trabalho escravo por trabalhadores dignamente assalariados. Dom Pedro II temendo que após a liberdade os negros tomassem posse das terras brasileiras para si, promulgou em 18 de setembro do referido ano a Lei nº 601, Euzébio de Queiroz, mais conhecida por Lei de Terras. A partir de então as terras devolutas da União foram colocadas à venda, os negros libertos não tinham direito de comprar tais terras, tal fato foi um forte estímulo para a entrada de imigrantes neste país. No entendimento de Stédile essa lei “[...] foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.” (2005, p. 23)

Conforme Silva et al (2014) o latifúndio no Brasil passou a ser legalizado para felicidade de poucos e tristeza de muitos, pois, poucas pessoas possuíam condições de comprar lotes de terras para explorá-la. Em 1888, foi promulgada a Lei Áurea, “libertando” os escravos. Estes, após a tão sonhada liberdade ficaram quase sem opção já que com a Lei de Terras o campo foi privatizado e os melhores lotes de terras na zona urbana ficaram à mercê dos que possuíam boas condições financeiras para compra-las. Restou aos recém libertados lotes de terras em terrenos acidentados, poucos produtivos, já que não despertava o interesse dos grandes latifundiários. A aglomeração dos negros residindo nos morros originaram as favelas brasileiras.

Entre a transição do governo de João Goulart para o Golpe Militar houve a idealização de realizar a reforma agrária visando amenizar a situação do desemprego e do latifúndio, pois enquanto grandes lotes de terras ficavam em posse de algumas pessoas com pouca ou nenhuma atividade exploratória, outras pessoas padeciam por não possuir terra para retirar dela a sua sobrevivência. Nesse intuito, durante a era militar foi promulgada a Lei nº 4504 ou Estatuto da Terra, primeira lei que versa sobre a reforma agrária no país.

Em 30 de Novembro de 1964, durante o governo do presidente-Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, instituiu-se a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei nº 4504. Conhecida como Estatuto da Terra, essa lei surge devido à necessidade de distribuição de terras no Brasil, além de conceituar o campo, determinar os níveis de produtividade e caracterizar o uso social da terra (ALCÂNTARA FLHO e FONTES, 2009, p. 67).

No Estatuto da Terra é explícito sobre a função social da terra, destacando as pessoas que serão favorecidas a partir do manejo da mesma, com ênfase principalmente nos recursos naturais que devem ser conservados. Deve-se destacar que neste estatuto não está explícito que a terra deve ficar intocável, muito menos que a mesma deve pertencer à um proprietário que vise o capitalismo a partir de sua posse com o objetivo de não usufruí-la, a principal questão levantada é que a terra deve beneficiar várias pessoas. Isso é expresso no Título I, Disposições Preliminares, Capítulo I, Princípios e Definições, Artigo 2º:

§ 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Assim, este estatuto foi alvo de várias discussões no cenário brasileiro, principalmente por que ele foi alvo de diversos interesses políticos, sociais e econômicos. Vários deputados do Congresso Nacional viram nesse tema uma maneira de conquistar votos e passaram a se posicionar veementemente no senado. A classe popular lutava pelo direito de ganhar um pedaço de terra para sua sobrevivência. E, quem possuía terra ensinava a lucrar ainda mais com mais lotes de terras. O fato é que para que houvesse um índice de produtividade no campo seria necessário estrutura e investimento de capital para suprir as demandas existentes principalmente de máquinas e créditos para que o produtor pudesse ter uma estrutura viável para o trabalho rural. Entretanto, devido tais fatores o governo foi muito criticado e o problema continuou, pois, a tão sonhada reforma agrária de fato, não aconteceu. Sobre isso De Salis destaca:

[...] o problema da produtividade do campo não se concentrava na questão da estrutura agrária, muito menos a solução do problema estaria atrelada à distribuição de terras. A solução deveria ser colocada em outros termos, tais

como, financiamento, créditos, maquinário, enfim, por estes meios tornar as propriedades produtivas (DE SALIS, 2014, p. 500).

Entretanto, o Estatuto da Terra apesar de possuir caráter socialista que poderia transformar a economia deste país além de amenizar as desigualdades sociais, infelizmente, não saiu do papel. E para piorar a situação nesta época surgiram também os grileiros que de forma fraudulenta e auxiliados pela tecnologia se apossavam de grandes extensões de terras verdes, conforme afirma Becker (2005, p. 81), “A tecnologia serve também para a destruição da floresta: os madeireiros estão se apossando de terras via satélite, descobrem onde há terras disponíveis e fazem a grilagem em imensas glebas [...]” O Estado brasileiro foi conivente com os grileiros que atuavam em forma de milícias. O governo facilitou de várias formas inclusive em abatimento de até 25% do imposto de renda sobre a aquisição das terras, impulsionando para que várias empresas investissem nessas áreas verdes.

Assim, para piorar o paradoxo do Brasil em relação à reforma agrária foi promulgada a Constituição de 1988 que não trouxe grandes modificações na lei de terras já existentes, há de se pensar que deveriam ter apresentado na constituição um ou vários artigos específicos visando modificar o panorama já existente. Contudo, a Carga Magna legalizou as terras dos grandes latifundiários que produziam uma política agrícola intensiva.

A constituição de 1988, que poderia ser um marco na execução de políticas voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, contudo, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504. Pode-se dizer até que houve retrocessos, pois a nova constituição acabou por legitimar o “latifúndio produtivo”, pois não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais (ALCÂNTARA FILHO, 2009, p.68).

A partir de então, a bancada ruralista somente se fortaleceu no Congresso Nacional, o latifúndio improdutivo se manteve, causando miséria e fome à uma parcela considerável da população brasileira. Todavia, a classe menos favorecida se uniu para lutar em prol de melhores condições de vida, surgindo o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo principal objetivo era a reforma agrária. Estes sindicalistas necessitavam de pelo menos um pedaço de terra para cultivar visando a agricultura familiar, mais que isso necessitavam de moradia, saúde, educação, segurança, infraestrutura social, assistência social, entre outros fatores,

pois, enquanto o MST lutavam por condições mínimas de sobrevivência, havia os grandes latifundiários que além de não produzir em suas terras ainda atrapalhavam os pequenos produtores rurais. Nesse ensejo, após muitos conflitos e mortes como o fato histórico ocorrido em Eldorado dos Carajás no Pará o governo federal decidiu tomar algumas providências.

O que o governo FHC desenvolveu foi uma política de assentamentos, sem ter tocado em nada na estrutura fundiária brasileira. Ao mesmo tempo em que efetuou o maior número de assentamento da história, um número superior de famílias abandonou o campo pela ausência de políticas que lhe permitissem nele viver com dignidade (CANUTO & BALDUINO, 2003, p. 43).

Porém, as ações adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) não foram suficientes para transformar o quadro existente, pois, assentar pessoas do MST sem políticas públicas para os assistir ocasionou o êxodo rural, sendo que muitas pessoas se deslocaram da zona rural em busca de melhores condições de vida na zona urbana. O governo não fez a reforma fundiária muito menos elaborou leis que beneficiassem os sem terras, os pequenos produtores rurais, ou melhor, o governo não fez valer as leis já existentes. Infelizmente, essa visão persistiu nos governos posteriores segundo Germani esclarece.

Os governos posteriores, de Fernando Collor de Melo, de Itamar Franco, de Fernando Henrique Cardoso e nem o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva conseguiram estabelecer concretamente, a resolução da questão agrária como prioridade de seus governos. Todavia, persistem muitos obstáculos em relação ao tema distintos interesses faz-se sentir em diferentes escalas e dimensões (GERMANI, 2006, p.141).

É possível perceber que nunca houve interesse político em realizar a reforma agrária no Brasil, os presidentes que governaram este país possuíam outras prioridades. Contudo, as políticas públicas existentes quer queira quer não queira beneficiaram de fato os grandes latifundiários que tomaram posse de grandes lotes de terras pelo país inteiro e se alastraram nas regiões. Pode-se dizer que em cada região brasileira existe uma estrutura fundiária desigual, cujo panorama se reflete em desigualdades sociais que marginaliza uns e enriquece outros brasileiros apesar de sermos filhos da mesma pátria mãe.

1. 2 A LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A partir de então discute-se um pouco sobre a terra da Amazônia Brasileira. Sabe-se que o Brasil herdou a atual estrutura fundiária da Coroa Portuguesa, pois, continuaram explorando as demais regiões brasileiras. Inicialmente a figura dos sertanistas surge como os primeiros desbravadores que embrenharam nos sertões Amazonenses em busca de conquistar riquezas, Pedro Teixeira, em 1639, foi o primeiro colonizador português juntamente com os sertanistas, religiosos, 70 soldados e 1.200 índios flecheiros a navegar nos rios de nossa região, em caravelas e favorecidos por bons ventos, segundo afirma Gadelha.

Porém, no caso da Amazônia, os alísios foram aliados dos sertanistas, que graças às monções podiam subir com facilidade os rios da região (os ventos) e descer (as correntes), em especial o grande rio dos tupi (rio Pará), como logo constatariam os pilotos da expedição de Pedro Teixeira, que subiram o curso do rio em direção às terras do Peru. Nesse sentido, apesar de os espanhóis reivindicarem a primazia da viagem de descobrimento de Francisco de Orellana, ao longo do curso do rio das Amazonas, coube a Pedro Teixeira realizar a primeira viagem oficial de descobrimento que subiu e desceu o longo curso desse rio [...] (GADELHA, 2002, p. 75).

Conforme abordado no tópico anterior, com a chegada da família real no Brasil, as terras brasileiras, inclusive as terras amazônicas, foram doadas através das sesmarias. O problema agrário na região amazônica que iniciou no período colonial acentuou-se cada vez mais no período Imperial e Republicano, originando desta forma o latifúndio que foi se fortalecendo com o passar dos anos, apesar de haver possibilidades e estrutura para a reforma agrária a postura adotada foi politicamente capitalista, findou que a Amazônia tornou-se palco de expropriação material e imoral cerceado por muita violência perpetrado contra os ribeirinhos, indígenas e pessoas que durante anos haviam sobrevivido de forma sustentável e ecológica neste território.

As elites brasileiras cometeram dois pecados de má distribuição de terras públicas no Brasil. O primeiro [...] a partir de 1850-1900 com a legalização das sesmarias e doações, e o segundo na década de 1970, quando poderiam ter aproveitado a imensidão de terras públicas disponíveis no Centro-Oeste e na região Amazônica para distribuí-las de forma democrática em pequenas propriedades. E de novo preferiram fazer a festa, e distribuí-las a um só proprietário sob a forma de grandes propriedades, que em alguns casos ultrapassam cem mil hectares (STÉDILE, 2000, p. 179-180).

Contudo, o governo federal em 1960 tomou posse de grandes lotes de terras por todo o país inclusive na Amazônia conforme há registros no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destas terras pertencentes à União as pessoas que residiam próximas à elas exploravam suas riquezas vegetais e animais visando a sua própria subsistência. Um pequeno território destas terras era utilizado para a pecuária, isto favorecia especialmente os grandes fazendeiros, outra porcentagem menor ainda eram utilizadas para a agricultura de produtos diversos, dos quais pouquíssimos proprietários possuíam título definitivo conforme ressalta Loureiro e Pinto:

Até meados dos anos de 1960, as terras amazônicas pertenciam basicamente à União e aos estados. Do total das terras registradas pelo IBGE, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado fazendas de gado, sendo muitas delas seculares, como as do Marajó, de Roraima e do Baixo Amazonas, cujos títulos de terra eram igualmente antigos. [...]. Somente 1,8% das terras estavam ocupadas com lavouras e só metade delas possuía título de propriedade privada (LOREIRO e PINTO, 2005, p. 77).

Porém, o governo federal não deteve por muito tempo a posse da Amazônia Brasileira. A partir de 1970 houve uma nova política fundiária, de forma cruel o governo loteou a venda tais terras mesmo ela sendo habitada por diversos povos, que secularmente viviam neste território. Assim, as terras foram adquiridas por quem tinha condições de compra-la passando a ter o título definitivo delas, o objetivo do governo era incentivar novos empreendimentos na região. Entretanto, a venda das terras deu margem para o surgimento da grilagem, ou seja, de pessoas que se apropriavam indevidamente das terras da União e as revendiam. Outro problema oriundo desse fator foi a posse da terra em território maior que o descrito no documento de compra. Desse modo, o principal problema gerado foram conflitos por vezes sangrentos entre os habitantes tradicionais e os novos donos. Loreiro e Pinto contribuem sobre isso.

Nos anos de 1970 e 1980, a terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares (que, em grande parte, revendiam a terra pública como se ela fosse própria). Em ambos os casos, era frequente que as terras adquiridas fossem demarcadas pelos novos proprietários numa extensão muito maior

do que a dos lotes que originalmente haviam adquirido (LOREIRO e PINTO, 2005, p. 78).

Nisso, os mais beneficiados com esse processo foram grandes empresas nacionais e até internacionais que compraram grandes lotes de terra para realizar trabalhos diversos tais como a pecuária, extrativismo vegetal e animal. Entre essas empresas podemos destacar a Volkswagen, a Bamerindus, a intercontinental Hardwoods. Havia na Amazônia na década de 1970 cerca de 15 empresas multinacionais, 08 empresas estatais, 17 empresas privadas brasileiras, 12 grupos de capital, entre outros. Tais empresas aproveitaram-se desse novo modelo de desenvolvimento estatal iniciado no Brasil pelos militares. Enfim, o governo facilitou para que essas empresas pudessem investir visando promover o desenvolvimento e acúmulo de capital no país ao tempo em que enriquecia a elite marginalizava outras classes.

Contudo, fica difícil acreditar no discurso cidadão que não considera, de fato, modos de vida de populações tradicionais (a exemplo de índios e caboclos); culturas; saberes; como também não beneficia significativamente estas populações amazônicas com efetivo trabalho, o qual é gerador de renda e emprego (CONCEIÇÃO, 2009, p. 06).

Nisso, podemos dizer que as madeireiras imperaram na selva amazônica, devastando grandes áreas verdes, extinguindo inúmeras espécies de animais, plantas, nascentes, enfim, os prejuízos foram tremendos principalmente quando se fala de “gente,” ou seja, pessoas que viram seus territórios dizimados e tiveram que migrar para outras áreas. Estamos falando dos verdadeiros donos das terras brasileiras, dos nativos, dos povos indígenas com identidade étnica variada. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foram várias etnias afetadas pelos madeireiros que chegaram a controlar cerca de 80% da comercialização do mogno, madeiras extraídas especialmente de reservas indígenas. Isto é ressaltado por Loreiro e Pinto.

Os “reis do mogno” e de outras espécies nobres de madeira atuam principalmente dentro de reservas indígenas, no sul e sudoeste do Pará- de preferência em Altamira e São Félix do Xingu. O caso mais grave é o da reserva Apyterewa, dos índios Parakanã, conforme o Relatório de Vigilância e Proteção das Terras Indígenas, da Funai (2005, p. 93).

Vale ressaltar que houve ainda o processo de migração para a Amazônia principalmente das Regiões Nordeste e Sul do país, tais pessoas passaram a trabalhar no extrativismo vegetal, mais especificamente na exploração do látex da borracha, que era muito valorizado na época, eles embrenhavam-se nas florestas para realizar este árduo trabalho. Porém, os seringueiros eram trabalhadores braçais que lutavam apenas pela sua sobrevivência, exerciam este trabalho para outras pessoas detentores de poder, sobre isso Pereira destaca.

Entretanto, fatores de expulsão (decorrentes do processo de modernização da agricultura do Sul do País) e a disponibilidade de terras em partes da Amazônia Legal deram origem a fluxos crescentes de migrantes para áreas de fronteiras. Com isso, o governo foi forçado a continuar atuando na colonização, agora com o objetivo de atenuar os problemas gerados com uma crescente imigração espontânea, oriundas da Região Sul do Brasil (1997, p. 79).

Assim, com toda essa valorização da terra culturalmente construída ao longo da história do Brasil, a luta por posse de terras só aumentou na década de 1990. O Ministério do Meio Ambiente criava políticas públicas para um futuro sustentável ao tempo em que o Ministério do Planejamento e Orçamento ensejava o progresso da nação de forma pouca conservadora, valorizando a exportação que conflitava com a ecologia, no caso pode-se citar a construção da Transamazônica (BR-230). Nesse ínterim vários grupos sociais entraram nesse conflito, tais como os povos indígenas que passaram a lutar pela demarcação de suas terras, os ambientalistas visando a proteção dos recursos naturais principalmente na Amazônia brasileira, dos quais destaca-se o projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), conforme destaca Berker.

Multiplicaram-se as unidades de conservação, foram demarcadas terras indígenas e se criou o projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), uma iniciativa do Banco Mundial e do WWF para ampliar em 10% as áreas protegidas até 2010. Trata-se de um projeto preservacionista que só com a pressão da ministra Marina Silva aceitou aumentar muito pouco a área de uso sustentável (noventa mil quilômetros quadrados) [...] (BECKER, 2005, p. 80).

A terra passou a ser palco de disputas diversas, confrontos entre ricos e pobres, disputas por poder político, pois, alguns políticos utilizavam o argumento da reforma agrária para tentar conquistar votos. Enfim, os ideais capitalistas tomaram conta da ganância pela terra, sendo que a terra apesar de ser um recurso natural

passou a ser vista como um bem material de grande valor econômico que pode ser repassada como herança cultural familiar. O proprietário da terra devidamente legalizado pode cobrar por tudo o que dela é retirado bem como gás natural, petróleo e seus derivados, água potável, biodiversidades de fauna e flora, tudo isso significa riqueza e em nosso país a riqueza gera divisão de classes sociais. Oliveira contribui sobre esta abordagem:

isso porque, no modo capitalista de produção, o solo, a terra, embora não tenha valor, tem um preço. E a compra de uma porção do globo terrestre dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda da terra que ela pode vir a dar. Ou seja, o proprietário ao comprar a terra, compra renda capitalizada da terra (OLIVEIRA, 1986, p.76).

As políticas públicas implementadas nesse período na Amazônia Brasileira feriram direitos constitucionais dos brasileiros que habitavam nesta região, o governo usou de seu poder de forma autoritária, elitista e excludente. Os principais órgãos públicos envolvidos nesse processo foram o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esse processo de ocupação fundiária na Amazônia desencadeou também a pistolagem e impactos ambientais ao meio ambiente tais como o desmatamento, as queimadas, contaminação da água, enfim, violação de direitos humanos.

Na verdade, constata-se que os projetos incentivados da Amazônia Legal mostraram-se mais aptos a propiciar a concentração fundiária e de renda, o desperdício e o desvio de recursos e os conflitos de terras do que produção, renda, impostos e empregos. Propiciaram, também, notadamente, impactos indesejáveis ao meio ambiente, especialmente pelo desmatamento descontrolado que fomentaram. (PEREIRA, 1997, p. 82).

Nesse sentido, a natureza passou a ser vista com fatores mercantis, como se pode o ser humano querer lucrar com produtos naturais, ou seja, com algo que não foi criado por ele? Um lote de terra que abriga uma nascente fluvial se transformou num bem precioso, vegetação com grandes portes de árvores e belas paisagens são territórios geralmente privados que quem deseja visita-los precisa pagar para ter acesso à tal. Florestas tropicais privatizadas cobram alto valor aquisitivo para

realizar pesquisas científicas no local. A terra se tornou um produto caro para quem deseja realizar a agricultura, hortifrutigranjeiros, pecuária, entre outros fatores, até para ter posse de um pequeno lote de terra para construir moradias passou a ser caríssimo dependendo da localização regional brasileira, podendo oscilar de preço dependendo do lugar. Desse modo, a natureza com o passar do tempo se transformou numa mercadoria fictícia como afirma Becker.

Observa-se um processo de mercantilização da natureza. Elementos da natureza estão se transformando em mercadorias fictícias, usando a expressão de Karl Polanyi, em seu livro *A grande transformação*. Fictícias por quê? Porque elas não foram produzidas para venda no mercado – o ar, a água, a biodiversidade. Mas, no entanto, através desta ficção são gerados mercados reais e isto se deu, como Polanyi mostra muito bem, no início da industrialização, quando terra, dinheiro e trabalho foram transformados em mercadorias fictícias, gerando mercados reais (BECKER, 2005, p. 77).

Posteriormente, em 1992 houve no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento mais conhecida como Rio 92, essa conferência culminou em políticas públicas mais eficazes visando o desenvolvimento sustentável na Amazônia e preservação dos recursos naturais, contribuindo para surgir em 1994 o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), criado em parceria do governo federal e sociedade brasileira bem como também com a comunidade internacional. Este foi um marco positivo e importante, contribuindo para que em 2004 fosse criado o Plano Amazônia Sustentável (PAS) que foi incluso no Plano Plurianual (PPA), vale ressaltar que todas essas iniciativas criadas no intuito de potencializar o desenvolvimento regional sustentável e fortalecer a preservação das riquezas naturais da Amazônia Brasileira.

No entanto, o desafio de desenvolver a Amazônia também é o de garantir um processo de desenvolvimento, que não só irradie seus benefícios para as populações regionais, mas também ocorra dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que resulte na adequada utilização dos recursos naturais e na conservação dos ecossistemas, garantindo, assim, a solidariedade inter-regional, com a preservação dos seus recursos naturais para o uso de gerações futuras (SILVA et al. 2015, p. 11).

Todavia, historicamente a Amazônia Brasileira foi alvo de chacinas e lutas intensas de grileiros, posseiros, madeireiros, pecuaristas, habitantes tradicionais, do governo e para piorar a situação ainda houve os pistoleiros que mataram diversas pessoas nesse território inclusive a freira Dorothy Stang. A pistolagem surgiu há

mais ou menos há 40 anos, eram cidadãos contratados por latifundiários para cometer atos ilícitos contra quem ousasse invadir tais terras. Esses cidadãos infratores trabalhavam geralmente munidos de armas de fogo e ameaçavam pessoas e/ou em casos mais extremos chegavam a assassinar cidadãos comuns.

O pistoleiro surge na região para proteger contra a invasão (por parte de posseiros) as grandes extensões de terras adquiridas mais ociosas ou improdutivas. Um pistoleiro pode ser contratado para expulsar colonos que as ocuparam; para assassinar lideranças e sindicalistas (LOUREIRO & PINTO, 2005, p.83).

E, apesar de tudo, o diálogo governamental é sempre o mesmo criar políticas públicas mais eficazes visando reverter a situação, nos últimos anos a preocupação do governo se dá devido a reivindicação de sindicatos, povos indígenas, negros, ribeirinhos, ambientalistas, entre outros. Apesar de o caos fundiário ter deixado manchas obscuras na história desta região, ainda há esperança de dias melhores virão, a Amazônia e os povos que aqui residem precisam ser respeitados.

Nos últimos anos, verifica-se que começam a surgir iniciativas em nível de Congresso Nacional e autarquias federais sobre a necessidade de discutir-se a efetivação de políticas públicas para a Amazônia condizentes com sua realidade geográfica e cultural (CONCEIÇÃO, 2009, p. 09).

Enfim, a questão agrária na Amazônia se deu de forma arbitrária sem levar em consideração a filosofia de vida do homem tradicional destas terras, aspectos ecológicos da floresta e o maior conjunto hidrográfico do planeta, simplesmente a terra Amazônica foi vista como uma mercadoria.

1.3 O SONHO PELA REFORMA AGRÁRIA

O Amazonas é o maior estado brasileiro em extensão territorial, estas terras são subdivididas por diversos donos. Porém, entre estes ainda há os grandes latifundiários e somente 16%, ou seja, 25 milhões de hectares destas terras pertencem à União que possui vários órgãos responsáveis pela gestão de terras públicas, bem como: fiscalização, sustentabilidade, preservação entre outros fatores. Porém, sabemos que há condições para que seja realizado a reforma agrária no Amazonas, infelizmente este fator não é interessante ao Estado e aos detentores de poder que possuindo a posse da terra acumulam poder e capital.

No Estado do Amazonas existem 25 milhões de hectares de terras federais, o que representa 16 % da área total do estado. Parte é arrecadada, pertencendo ao INCRA e parte já foi destinada ao IBAMA e FUNAI. O INCRA é o órgão da União responsável pela implementação da política de Reforma Agrária. As áreas de sua jurisdição são as faixas de terra pertencentes à União [...] (BORGES, 2006, p.03)

A questão da reforma agrária vai além da distribuição de terras improdutivas, envolve um planejamento de políticas públicas para as pessoas beneficiadas, é preciso criar condições para que estes sujeitos tenham autonomia de lutar por melhorias socioeconômicas. É preciso investimento financeiro para a aquisição de maquinários adequados no setor agroindustrial. É necessário investimento na pavimentação das rodovias para facilitar a escoação da produção agrícola. É essencial haver um olhar diferenciado as classes subalternas que com o trabalho braçal produzem itens básicos para a sobrevivência do brasileiro. Investir no setor rural significa crescimento socioeconômico para o Brasil.

Diante de uma realidade agrária tão perversa, seria ingenuidade da parte dos camponeses e da parte trabalhadora como um todo imaginar que, para democratizar a sociedade no meio rural bastaria distribuir a propriedade de terra. A proposta característica de uma reforma agrária que atenda às necessidades dos trabalhadores requer uma amplitude bem maior. Tal processo de reforma agrária, além da democratização da propriedade de terra, deverá promover também a democratização da propriedade agrícola, dos processos agroindustriais, do acesso ao capital e também do conhecimento, da educação (STÉDILE, 2000, p. 194 – 195).

Assim, destaca-se que para haver a reforma agrária de fato e de direito é primordial políticas públicas mais eficazes, é preciso fazer valer a legislação vigente, isso não vai acontecer se os representantes políticos não legislarem com seriedade e responsabilidade defendendo os direitos dos cidadãos brasileiros que os elegeram. É preciso pensar, planejar e formular um conjunto de ações para modificar a atual estrutura fundiária de modo a favorecer o crescimento econômico brasileiro com mais oportunidades principalmente para as classes menos favorecidas.

Somente através de um programa estruturado de Reforma Agrária, de caráter abrangente e com vistas ao desenvolvimento econômico seria possível mudar a realidade atual, pois, além de modificar a estrutura fundiária, o país contaria com maiores níveis de produção, gerando externalidades positivas à economia e maior bem estar social à população brasileira (ALCÂNTARA FILHO e FONTES, 2009, 83 – 84).

Entretanto, há um fator importante a ser abordado em relação à reforma agrária na Amazônia Brasileira, pois, é sabido que esta região abriga espécies diversas e únicas de fauna e flora, a Amazônia é considerada como “pulmão do mundo,” por isso surge o questionamento como realizar a reforma agrária neste território? Há de se pensar que isso poderia causar a devastação de riquezas de modo irreparáveis, extinção de muitas espécies, entre outros fatores. Desse modo, é preciso e possível pensar estratégias para que a Amazônia possa ser utilizada de modo racional sem degradá-la para as gerações futuras.

Finalmente, as sociedades amazônica e brasileira precisam discutir os destinos da região. É evidente que a mais exuberante e vasta floresta tropical do planeta não se constitui em área própria para reforma agrária. No entanto, que destinação dar aos milhões de hectares de terra já afetados ou degradados? (LOREIRO e PINTO, 2005, p. 95)

Contudo, após anos de lutas de lideranças conseguiram regularizar documentalmente terras da União visando o assentamento de pessoas e a proteção ambiental, conquistaram uma reforma agrária ecológica de um pequeno percentual destas terras. Movimentos liderados por sindicalistas, não podemos deixar de ressaltar sobre Chico Mendes entre outros que lutaram arduamente por este sonho, conquistaram as Reservas Extrativistas (RESEX), as Florestas Nacionais (FLONA's).

O Amazonas é palco de uma ação pioneira de reconhecimento dos moradores de unidade de conservação de uso sustentável como assentados. Essa política pública foi iniciada em 1999, a partir de um convênio entre o órgão federal responsável pela gestão das áreas protegidas (o Ibama) e o órgão federal responsável pela reforma agrária (o Incra). Ela se insere no contexto da chamada *reforma agrária ecológica* [...] (BRIANEZI, 2008, p. 01).

Nisso, destaca-se que no município de Tefé também há as áreas de reservas ambientais, áreas indígenas, áreas de proteção permanente, FLONA's que abrange as comunidades de São João do Mulato, São Sebastião no Rio Curumitá e Vila Sião. Entretanto, o foco principal deste trabalho é a abordagem sobre o latifúndio na área urbana, especificamente no entorno do bairro do Abial.

2 BREVE CONTEXTO DO BAIRRO DO ABIAL

A partir de agora apresenta-se os resultados deste trabalho após a vasta pesquisa bibliográfica que foi realizada para ser desenvolvido o primeiro e segundo

capítulo. Ressalta-se que a pesquisa de campo foi um elemento fundamental para compreensão, interpretação e análise de dados, pois foi o momento que o pesquisador deslocou-se no período compreendido entre 01/09 a 02/11 do ano em curso, às áreas ocupadas no entorno do Bairro do Abial para explorar a História Oral através de entrevistas com 04 lideranças dos Bairros: Colônia Ventura, Deus é Fiel, Conjunto Residencial Castanheira, bem como também o representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Tefé que foi entrevistado no Centro desta cidade. Posteriormente, realizou-se a análise documental de dois Títulos Definitivos do Cartório da 1ª Vara da Comarca de Tefé e de quatro Títulos do Setor de Terras da Prefeitura Municipal.

Conforme Pessoa (2013) no bairro do Abial havia abundância de árvores de Abieiros, inclusive no período da enchente dos rios, ficava repleto destas frutas, o que deu origem ao nome de Ilha do Abial. Em, 1943 a Comissão de Aeroportos da Região da Amazônia (COMARA) desmatou cerca de 1km² de área para construir um aeroporto, mais infelizmente este projeto não deu certo, ocasionando devastação de fauna, flora e de nativos. Somente em 1965, na gestão do prefeito Manoel Armando Retto é que foi constituído o bairro do Abial, inclusive o referido prefeito através de Decretos Leis, doou terrenos para a construção do Campo de Futebol, da Escola Getúlio Vargas, da Fundação de Saúde Pública, Unidade Sanitária Elementar, Posto Policial, entre outros órgão públicos.

Figura 1: Imagem do Centro da cidade de Tefé com vistas ao Bairro Abial.



Fonte: Autor e ano desconhecido

A imagem acima mostra parte do centro da cidade de Tefé, há alguns anos atrás no período da seca, infelizmente não foi possível identificar o ano deste registro histórico, mais é perceptível que com o passar dos anos a cidade desenvolveu-se um pouco, inclusive o bairro Abial era repleto de árvores, poucas casas, com certeza o tefeense vivia uma vida pacata, com poucos veículos em circulação, com abundância de fauna e flora diversificada, inclusive com espécie de animais nativos que atualmente encontram-se em extinção.

Conforme pode-se observar o bairro do Abial é banhado pelo Igarapé do Xidarini e Lago de Tefé. Segundo dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) senso de 2010, a população do bairro estima-se em aproximadamente 5.000 habitantes. Sua população sofre com políticas públicas fragmentadas em diversas áreas, principalmente saneamento básico, iluminação pública de péssima qualidade principalmente no horário noturno contribuindo para o aumento da criminalidade. Além de possuir um elevado índice de homossexualismo, muitos dos quais vivem marginalizados na prostituição, drogas e violência.

Neste bairro há diversas igrejas católicas e evangélicas, campos de futebol, ginásios poliesportivos, escolas da rede estadual e municipal de ensino, fábrica de gelo, entre outros fatores. Há ainda empresários, autônomos, funcionários públicos e trabalhadores terceirizados.

Conforme mencionado anteriormente, o bairro do Abial no período da enchente dos rios é banhado pelas águas, sendo que tendo-se como referência o centro da cidade de Tefé, analisando-se o lado direito, este bairro é dividido por um furo de rio que separa o restante do Bairro da terra firme, este será o foco de análise deste trabalho.

2. 1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ENTORNO DO BAIRRO DO ABIAL

Os ribeirinhos da cidade de Tefé enfrentam muitas dificuldades no período da enchente dos rios, principalmente quando os níveis da enchente das águas ultrapassam o esperado. Assim, os moradores da área urbana que residem no entorno da cidade enfrentam a alagação de suas casas, doenças (as mais comuns são verminoses, malária e dengue), animais peçonhentos (cobras, escorpião e aranha), entre outros fatores. Mediante estas e outras problemáticas, vários

moradores do bairro do Abial, invadiram um terreno próximo que estava em desuso. Segundo, a professora Kátia de Souza Porto, esta realidade é comum em Tefé.

A irregularidade habitacional em Tefé é caracterizada por quatro tipos de assentamentos: 1) bairros resultantes de “invasões”; 2) as favelas ou palafitas que ocupam a Orla do município; 3) bairros regulamentados que oferecem equipamentos de infra-estrutura; e 4) zonas rurais contada com oitenta e duas comunidades (PORTO, 2011, p. 36).

Conforme pode-se compreender o bairro Colônia Ventura que se formou no entorno do bairro do Abial possui características marcantes, foi formado por ocupação de pessoas que alegavam não ter onde morar, possui diversas palafitas, foi feito desmatamento de grande extensão de vegetação para construção de casas de forma irregular completamente desprovidas de saneamento ambiental e de políticas públicas.

Figura 02: Terreno antes da ocupação e formação do Bairro Colônia Ventura.



Fonte: Autor e ano desconhecido.

A imagem acima apresenta a visão aérea de parte da cidade de Tefé, inclusive é notório um dos monumentos históricos deste município, o Seminário de São José e ao fundo, após o Igarapé do Xidarini, o terreno onde aconteceu a ocupação e posteriormente formação do bairro Colônia Ventura. Percebe-se que esta área era completamente verde com várias árvores de grande porte, lotes de terras com proprietários legalmente constituídos conforme Títulos Definitivos de lavra

do setor competente da Prefeitura Municipal local e pelo Cartório da 1ª Vara da Comarca de Tefé que iremos discutir mais adiante sobre eles. Entretanto, eis a questão causada pelo latifúndio no contexto local, proprietários com extensas áreas de terras em desuso, movidos, a priori pela ganância do capital acumulado na terra, capital que tem tendência de aumentar com o passar dos anos, enquanto que a classe subalterna sofre por não ter onde morar.

Figura 03: Ocupação do terreno que posteriormente foi formado o Bairro Colônia Ventura.



Fonte: OLIVEIRA, Fábio de. Tefé News, 2012.

Segundo publicação do jornalista Fábio de Oliveira feita em 21 de maio de 2012, esta invasão inicialmente recebeu o nome de Bairro Governador Omar Aziz, isso é perceptível na imagem acima, os desabrigados invadiram com armas brancas, foram devastando a floresta, inclusive derrubando madeiras de lei, no caso, a *bertholletia excelsa*, e, loteando os terrenos em partes iguais e construindo pequenos barracões. Percebe-se que os invasores eram pessoas humildes, trabalhadores braçais que carregavam a esperança de ter um pedaço de terra para construção de habitações, apesar de que para tanto, isso aconteceu de forma ilegal por se tratar de uma ocupação de terras e derrubadas de madeiras nobres. Sobre esta temática os autores abaixo destacam.

A incapacidade de integrar os segmentos mais pobres da população às cidades é fruto não só do padrão excludente de desenvolvimento, mas também das políticas de planejamento e gestão urbana, do próprio sistema político que favorece determinados grupos e do regime jurídico que definiu

ao longo do tempo os mecanismos de acesso à terra favoráveis à formação de uma sociedade patrimonialista que, ao fim e ao cabo, dificulta o reconhecimento de direitos sociais e estimula mercados de terras especulativos (DE CAMPOS GOUVEA; COELHO ÁVILA; BERNARDES RIBEIRO; 2009, p, 74).

Dessa forma, entende-se que as ocupações em áreas devolutas acontecem devido à exclusão social que ocorre historicamente no Brasil desde o período das sesmarias e foram impulsionados nos últimos séculos, de um lado a sociedade patrimonialista e de outro a classe subalterna. A primeira estruturada e politicamente movida pela ganancia, poder e privilegiada pelo “sistema,” a segunda excluída, marginalizada e quase sempre sem vez e sem voz, constitui-se em parte da população brasileira que vive em situações precárias, vulneráveis à fome, pobreza e violência diversas. Este é o real cenário dos bairros que se formaram no entorno do Bairro do Abial.

Assim, existem somente duas ruas asfaltadas no Bairro Colônia Ventura, essas ruas foram ocupadas de forma legal, ou seja, a Igreja Católica através da Sociedade Espírita Católica, doou tais terrenos para pessoas que faziam parte da igreja, o restante deste bairro foi formado no ano de 2012, por cerca de 1.200 (mil e duzentas) pessoas que inicialmente invadiram o terreno ensejando construir uma moradia digna para abrigar suas famílias. De acordo com o Sr. João¹ o fato foi motivado pelos mesmos se sentirem completamente desassistidos pela Defesa Civil Municipal e de forma geral pelo poder público, pois a enchente havia invadido a casa dos mesmos e estes precisavam de um lugar digno para habitar, ele relata,

ver a água invadindo a casa da gente, trazendo doenças, bichos peçonhentos, duas crianças haviam morrido afogada, Defesa Civil e ninguém pra olhar por nós, e nós vendo que tinha esse terreno enorme aqui sem ninguém morando, nós agimos no impulso, só sabe quem vive (Sr. JOÃO CORDEIRO, 21/09/2018).

Atualmente este bairro possui várias, entre elas Ruas: Castanheira, Mangueiras, Beira Rio, Estradinha, I, II, III, entre outras. Possui serviço de água fornecido pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) em condições precárias, luz elétrica ofertada pela ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica) através de suas filiais, porém a iluminação pública é feita somente em uma rua do bairro, contribuindo para o aumento da criminalidade nestas áreas sem iluminação

¹ Morador do Bairro Colônia Ventura, agricultor.

pública. Não há rede de esgoto no bairro. População estimada em um quantitativo de mil famílias conforme a liderança do bairro.

A imagem abaixo demonstra a precariedade deste bairro, pois somente duas ruas são pavimentadas, as demais foram abertas pelos próprios moradores, sem planejamento e estrutura adequada para tal. Percebe-se ainda que na lateral da rua pelo lado direito há uma pequena escavação para passar a encanação de água. Enquanto que a rede de energia elétrica não contempla todas as ruas deste bairro.

Figura 04: Situação da Rua I, Bairro Colônia Ventura, em Tefé-AM, sem pavimentação.



Fonte: MORAES, Thiago, 2018.

Neste bairro há ainda a Escola Municipal Colônia Ventura que atende nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). É mantida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Tefé) visando ofertar uma educação igualitária para esta população carente. Surgiu no ano de 2011 mediante a necessidade e reivindicações dos moradores junto ao poder público local, e, com muito esforço conseguiram matricular um número significativo de alunos para que fosse implantada a escola neste bairro. Atualmente com incentivos do poder público municipal, foi construído e implantado um novo prédio para a escola com melhores condições de instalação para a clientela, conforme pode-se observar na imagem abaixo.

Figura 05: Novo Prédio da Escola Municipal Colônia Ventura, inaugurada em 2018.



Fonte: MORAES, Thiago, 2018.

2.2 TÍTULOS DEFINITIVOS OUTORGADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ

Conforme relatos de funcionários do Setor de Terras da Prefeitura Municipal de Tefé (PMT), as terras onde atualmente está localizado o bairro Colônia Ventura pertenciam à PMT, e, através da Lei Municipal nº 471, de 22 de abril de 1968, foi aprovado, medido e demarcado por profissionais responsáveis, terras que puderam ser conquistadas pelo modo capitalista.

Tabela 01: Título Definitivo de Américo Queiroz Batalha.

TÍTULO DEFINITIVO Nº	PROPRIETÁRIO	ANO	ÁREA
874	Américo Queiroz Batalha	1978	600.000 m ²

Fonte: Prefeitura Municipal de Tefé, 2018.

Conforme pode-se observar na tabela acima em 1978 foi elaborado o Título Definitivo 874, cujo prefeito do município de Tefé da época, Sr. Manoel Armando da Silva Retto, vendeu um lote de terras do Patrimônio Municipal ao Sr. Américo Queiroz Batalha, na época o terreno foi vendido por CR\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros). Assim, pode-se perceber que a área do terreno foi grande,

mais o dinheiro investido também, somente quem tinha boas condições financeiras poderia comprar um terreno de grande proporção como este.

Pode-se perceber que a partir de 1978 foram lavrados os primeiros Títulos Definitivos de Terras no município de Tefé, marcando um novo momento para este município, pois vários lotes de terras públicas que poderiam ser utilizadas para o benefício da população já que se tratava de um patrimônio público se tornaram particulares pela relação de compra e venda.

Ao continuar analisando o Título definitivo nº 874, percebe-se que em 1983, foi desmembrado cerca de 30.000 m², esta área foi vendida a Sra. Cleovanir Queiroz Rodrigues. E, posteriormente em 30 de abril de 2012, o restante deste Título foi vendido ao Sr. Paulo Jacinto de Oliveira, popularmente conhecido como “Paulão” e, no decorrer do trabalho pode-se perceber que estamos falando de um grande latifundiário, pois suas terras limitam-se com outros Títulos Definitivos, conforme será discutido mais adiante. Porém, pode-se perceber que o Sr. “Paulão” não tinha interesse em possuir as terras para construção de edifícios ou qualquer outro tipo de obra, seu interesse era apenas capitalista, possuir a terra para ganhar mais dinheiro, pois, dois meses após compra-la a vendeu. A respeito, os autores abaixo destacam.

A construção de um espaço marcado pela desigualdade também tem como um de seus insumos a execução arbitrária da lei, que é aplicada de acordo com as circunstâncias numa sociedade caracterizada pelas relações de favorecimento e privilégios. (DE CAMPOS GOUVEA; COELHO ÁVILA; BERNARDES RIBEIRO; 2009, p, 74)

Desse modo, as desigualdades sociais se acentuaram cada vez mais no município de Tefé, pois a classe alta passou a movimentar seu capital, comprando grandes lotes de terras no intuito de posteriormente desmembrar em lotes menores para vender e conseguir um grande lucro com esta relação comercial. Assim, alguns foram privilegiados com tais transações enquanto que outros foram excluídos por não ter condições financeiras de comprar um terreno para suprir suas necessidades pessoais.

A partir de então surgiu uma empresa que pouco a pouco foi se tornando detentora de grandes extensões de terras no entorno do Bairro do Abial, pois em 29 de junho de 2012, foi feito novo desmembramento deste Título, cerca de 2.688,20 metros lineares, limitando-se ao lado esquerdo com o Sr. Paulo Jacinto de Oliveira e fundos com terras de Calabura Participações e Empreendimentos Ltda. Após o

desmembramento passou a ter como proprietário legalmente constituído a Vila Engenharia Ltda. conforme pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 02: Título Definitivo da Vila Engenharia Ltda.

TÍTULO DEFINITIVO Nº	PROPRIETÁRIO	ANO	ÁREA
874/78	Vila Engenharia Ltda.	2012	378.344,20

Fonte: Prefeitura Municipal de Tefé, 2018.

Entretanto, a Vila Engenharia passou a ter enorme interesse em possuir mais terras neste local e em 27 de fevereiro de 2013 na gestão do prefeito Antenor Moreira Paz, foi feito novo desmembramento do Título Definitivo nº 874, área de 252.084,83 m² e um perímetro de 252.084,83 m² limitando-se ao norte com terras da própria Vila Engenharia. Já em 26 de março de 2015, esta supracitada empresa comprou uma nova área, cerca de 5.339,417 m², ampliando desta forma seu patrimônio. Desta forma, as empresas e/ou empresários apropriam-se de grandes lotes de terras no intuito de aproveitar o capital acumulado pela posse de terras. Os autores abaixo destacam a respeito.

Trata-se de um processo perverso pelo qual o Estado brasileiro tem historicamente produzido, sem cessar, a miséria social, por mecanismos legais e administrativos que promovem exclusão das classes desfavorecidas num extremo, e a concentração da riqueza por grupos econômicos e setores da elite (LOUREIRO e PINTO, 2005, p, 87).

Assim, a Prefeitura Municipal de Tefé continuou vendendo terras do Patrimônio Municipal favorecendo a promoção da exclusão social, a divisão de classes, o fortalecimento da sociedade patrimonialista, sendo que no entorno do Bairro do Abial a elite continuou a comprar/vender lotes de terras, como se a terra fosse uma mercadoria “rara” e somente alguns cidadãos possuíssem condições de possuí-la.

A partir de agora discute-se sobre uma nova proprietária de grandes extensões de terras em Tefé, a Senhora Guilhermina Torres dos Santos, pois durante a pesquisa de campo no Setor de Terras da Prefeitura Municipal de Tefé percebeu-se que esta Senhora possuía enormes extensões de terras na área que é abordada neste trabalho.

Tabela 03: Título Definitivo de Guilhermina Torres dos Santos

TÍTULO DEFINITIVO Nº	PROPRIETÁRIO	ANO	ÁREA
338	Guilhermina dos Santos Torres.	1976	270.085 m ²

Fonte: Prefeitura Municipal de Tefé, 2018.

Na época da gestão do prefeito Afonso Augusto Rodrigues Alves, em 1976, foi vendido esta grande extensão de terras do Patrimônio Municipal, com um perímetro de 2.091 (dois mil e noventa e um) metros lineares pelo valor de C\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), o que correspondia à muito dinheiro na época. Contudo, mais a frente destaca-se novas áreas de terras pertencentes à esta Senhora. Vale ressaltar que este terreno limita-se os fundos com área da Sociedade do Espírito Santo que conforme alguns líderes comunitários possuíam uma área significativa também e posteriormente doaram para alguns fiéis da Igreja Católica.

Tabela 04: Título Definitivo do Conjunto Habitacional Parque dos Rios

TÍTULO DEFINITIVO Nº	PROPRIETÁRIO	ANO	ÁREA
120/08	Prefeitura Municipal de Tefé.	2008	34.176,00 m ²

Fonte: Prefeitura Municipal de Tefé, 2018.

Em 2008, foi lavrado este Título Definitivo transferindo os direitos de posse destas terras que pertenciam ao Conjunto Habitacional Parque dos Rios – HIS – Abial – 1ª Etapa, à Prefeitura Municipal de Tefé. Conforme pode-se observar neste Título Definitivo, estas terras ainda pertencem até hoje ao referido proprietário. Limita-se ao lado direito com a Calabura Participações e Empreendimentos Ltda. e ao lado esquerdo com o Sr. Paulo Jacinto.

O objetivo da prefeitura era construir um Conjunto de Casas, mais infelizmente isso não foi feito, os projetos não saíram do papel e estes lotes de terras continuaram em desuso. Mediante isso, indaga-se sobre o motivo que a PMT não cumpriu o projeto ou até mesmo o porquê esta área territorial de terras que

correspondia a 740 (setecentos e quarenta) metros lineares não foi pelo menos loteado a pessoas carentes.

É preciso que as massas, organizadas politicamente, pela sua própria experiência, choquem-se com o Estado e os governos capitalistas para que se desenvolva a consciência política da necessidade de destruição da ordem burguesa e a constituição de um governo próprio dos explorados, como expressão do domínio de classe do proletariado [...] (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p.11).

Sabendo-se que a PMT não tomou atitude para beneficiar as pessoas carentes, esta classe mediante suas necessidades deveria ter reivindicado pelos seus direitos, exigindo moradia, saúde, educação, lazer, segurança, pois, o poder municipal tinha terras devolutas que poderia doar, bastava haver interesse e atitude. Entretanto, como não houve mobilização social legalmente organizada o gestor municipal e os vereadores deste município pouco fizeram para reverter esta situação, constituindo-se em verdadeiro descaso social com grande parte da população que não possuem moradia digna para sobreviver.

2.3 ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO OUTORGADOS PELO CARTÓRIO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TEFÉ

De acordo com a Escritura Pública de Doação constante no Livro nº 027, Folha 162 frente e verso, a Empresa Calabura Participações e Empreendimentos Ltda. como legítima possuidora, doou para a Prefeitura Municipal de Tefé, ao prefeito da época Sr. Sidônio Trindade Gonçalves, enorme extensão de terras.

Tabela 05: Título Definitivo da Empresa Calabura Participações e Empreendimentos Ltda.

MATRICULA	PROPRIETÁRIO	ANO	IMÓVEL
4.485 a 4.489	Calabura Participações e Empreendimentos Ltda.	2008	13 quadras de lotes de terras.
4.495 a 4.502			
4.517 a 4.524			
4.532 a 4.541			
4.556 a 4.564			
4.575 a 4.579			
4.622 a 4.626			
4.585 a 4.593			

4.608 a 4.615			
4.630 a 4.637			
4.653 a 4.657			
5.183 a 5.191			

Fonte: Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tefé, 2018.

Conforme pode-se observar cada imóvel possui entre 5 a 19 quadras, e cada quadra possui 200² (duzentos metros quadrados), ou seja, a Prefeitura Municipal de Tefé recebeu legalmente expressiva quantidade de terras que poderiam ser utilizadas para o benefício da população tefeense, seja com obras públicas, projetos sociais, entre outros fatores, iniciativa que poderia ser tomada pela gestão municipal da época e ganhar força com iniciativas populares.

Assim, surge a indagação que vive-se numa sociedade capitalista e patrimonialista e, de repente a Empresa Calabura Participações e Empreendimentos Ltda. doa para a PMT grande áreas de terras, é no mínimo surpreendente! Será que realmente foi doado ou houve algum acordo político ou financeiro?

Todavia, abordou-se anteriormente que a PMT vendeu no decorrer de consecutivos mandatos vários lotes de terras do Patrimônio Municipal para pessoas jurídicas e/ou físicas. A partir de então a comercialização da terra tornou-se intensa, foram anos acentuado a desigualdade social neste município. Enquanto que o cenário de parte da população tefeense permaneceu o mesmo, ou seja, miséria social, habitações em péssimas condições de moradias em flutuantes /ou palafitas à margem da zona urbana da cidade de Tefé, mostrando com isso falta de compromisso político e respeito com o cidadão. Violeta Refkalefsky Loureiro e Jax Nildo Aragão Pinto (2005, p 88) corroboram sobre esta situação.

A indiferença do poder público à má sorte dos trabalhadores sem-terra, a aliança e a tolerância do Estado com os abusos do capital, da elite ou dos desclassificados sociais que se instalaram na região, geraram a concentração de terras, a exclusão social, a desigualdade, a descrença no poder público e fomentaram os conflitos e a violência hoje existentes na região.

Assim, é visível a indiferença com as classes menos favorecidas que vivem em situação de calamidade, por não ter acesso a moradia digna, foram prefeitos e vereadores diversos que passaram pelo poder e nada ou quase nada fizeram para favorecer esta classe, infelizmente a classe política se preocupa mais com situações que lhe causam *status* ou favoreçam a aquisição de votos, enquanto que os

cidadãos que possuem tais necessidades não sabem e/ou não se organizam legalmente para reivindicar pelos seus direitos.

Entretanto, novamente tem-se outro Título Definitivo de propriedade da Sra. Guilhermina dos Santos Torres, reafirmando seu nome como detentora de grandes lotes de terras em Tefé, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 06: Título Definitivo pertencente à Sra. Guilhermina dos Santos Torres.

MATRICULA Nº	PROPRIETÁRIO	ANO	IMÓVEL
016	Guilhermina dos Santos Torres.	1977	01 imóvel contendo área de 267.089,476 e perímetro de 2.091

Fonte: Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tefé, 2018.

O documento deste imóvel foi Lavrado em 23 de março de 1977, sua extensão de terras compreende 381,00m (frente), 560,00m (lado de baixo), 570,00m (lado de cima) e 580,00m (fundo).

Assim sendo, a proprietária deste imóvel após comprar esta área o vendeu ao Sr. Oquimar Frazao de Freitas pelo valor de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), e posteriormente este Título Definitivo obteve outros proprietários conforme destaca-se a seguir: Guias Telefônicas do Brasil por Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros), sendo que no ano de 1985 foi construído um prédio neste terreno e vendido para a Empresa Brasileira de Radiofusão - RADIOBRAS- pelo valor de Cr\$ 10.449, 487,00 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros) e um terreno por Cr\$ 81.025. 000,00 (oitenta e um milhões, vinte e cinco mil cruzeiros) e outro terreno por Cr\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros). Assim, com o passar dos à anos a tendência foi somente aumentar o valor da terra.

Conforme “Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias.” Becker (2005, p. 77) de fato, a mercantilização da natureza continua fortemente enraizada nesta região, o valor de um pequeno lote de terra é precioso, tornando-se mais rentável a cada ano, ou seja, as pessoas apropriam-se da natureza com a ideologia da atual sociedade capitalista

de acumular cada vez mais capital, de ter a rentabilidade pela posse da terra que permanece quase sempre em desuso. Enquanto que a própria classe política colabora para que esse sistema se fortaleça cada vez mais.

2.4 CONJUNTO RESIDENCIAL CASTANHEIRA

O Conjunto Residencial Castanheira está atualmente localizado em áreas do Título Definitivo nº 874 de ex propriedade do Sr. Paulo Jacinto.

De acordo com as informações coletadas com as lideranças locais este projeto foi financiado pelo governo federal em convênio com o Banco do Brasil, iniciado em 2011.

Nisso, como parte deste programa intitulado “Minha Casa, Minha Vida,” foram construídas casas populares que posteriormente seriam financiadas à famílias com renda mensal de até R\$ 7.000, 00 (sete mil reais), sendo que o governo pagaria até 90% do valor total do imóvel e as parcelas não ultrapassariam 10% da renda familiar mensal, investimento com duração de até 10 anos para quitação do imóvel.

Há de se ressaltar que neste período foi formado em Tefé o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, liderado por 3 pessoas, conforme Sr. Antônio² Nascimento em entrevista concedida no dia 02/11/2018, afirma: “[...] o movimento trabalha não no sentido de incentivo à ocupação e sim organizar as famílias para poder reivindicar uma moradia digna.” Assim, eles tentaram organizar as famílias de baixa renda para que pudessem ter acesso à tais casas populares.

Este Movimento alertava ainda conforme a liderança acima citada para que fosse cumprido a legislação de 30% das casas populares serem destinadas à pessoas do contexto local e os 70% ficaria a critério do poder público municipal, mas infelizmente as pessoas deste Movimento foram excluídas do acesso à tais casas.

Contudo, o projeto não foi concluído, conforme pode-se observar na imagem abaixo.

² Líder do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Tefé, Secretário de Produção do Município de Tefé.

Figura 06: Casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, atualmente denominado Conjunto Residencial Castanheira.



Fonte: MORAES, Thiago, 2018.

Desse modo, o valor da obra foi de 46 milhões e foram construídas 672 casas, em 30 ruas de casas que ficaram inacabadas por motivos desconhecidos e em desuso. No entanto, a liderança do Bairro Colônia Ventura que fica próximo ao atual residencial elaborou documentos à pessoas competentes para cobrar explicações sobre o motivo de não haver terminado a obra e exigindo também que o Ministério Público acompanhasse o caso. Sobre isso o Sr. Valdiney³ Silva Neves, um dos líderes do Bairro Colônia Ventura, em entrevista concedida no dia 30/09/2018, afirma:

[...] eu encaminhei na época ao Ministério Público Federal exigindo acompanhamento e o término da obra, encaminhei na época eu era presidente do Bairro e na época eu encaminhei também ao Deputado Estadual José Ricardo que cobrou explicações da Caixa Econômica e na época a Caixa Econômica respondeu que o responsável era o Banco do Brasil que era financiadora do projeto então justamente pra ver essa questão, pra terminar logo essa obra, o Ministério Público até por último onde eu estava acompanhando disse que já tinha sido repassado mais de 70% da verba repassada para a empresa e a empresa disse que não tinha condições de terminar a obra por “Ns” motivos [...]

Assim, ressalta-se que os líderes comunitários buscaram explicações sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, tendo em vista a visível necessidade de

³ Ex presidente do Bairro Colônia Ventura, graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Amazonas.

peças que não tinham casa própria. Conforme a citação acima, houve cobrança às pessoas competentes, representantes do povo que devem exercer o papel de fiscalizar. Porém, tal fiscalização não aconteceu conforme o esperado e a população carente, sem teto, como não obteve respostas concretas sobre a conclusão do projeto e tendo em vista o abandono total da obra, se reuniram desordenadamente e resolveram ocupar essas casas populares em agosto deste ano.

Nisso, o dinheiro público foi gasto indevidamente, foram milhões em dinheiro que poderiam transformar positivamente a habitação de um número significativo de pessoas carentes, mas isso não aconteceu e de quem é a responsabilidade destas obras inacabadas? A responsabilidade é do governo federal, do poder executivo, legislativo, judiciário ou da própria sociedade que não cobra devidamente? O certo é que um joga a responsabilidade para o outro e ninguém faz nada para reverter à situação.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi. [...] (FAORO, 2012, p. 633).

Assim, é perceptível que as lideranças políticas conduzem os projetos sociais que envolvem dinheiro de acordo com os seus interesses, várias obras no município de Tefé assim como o Programa Minha Casa, Minha Vida, foram alvo de lavagem de dinheiro e infelizmente não há uma fiscalização séria e eficaz que possa penalizar os responsáveis. Há o discurso político que querem se eleger para representar os interesses do povo, mas é um discurso ilusório, quando estão no poder usam de suas artimanhas para dominar a classe menos favorecida e se acoplam a elite, aos detentores de dinheiro e poder para manipular e oprimir a grande massa popular.

Conforme a Sra. Darlene⁴ que é uma das líderes da ocupação das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, atualmente denominado Conjunto Residencial Castanheira, em entrevista concedida no dia 22/10/2018, afirma que há 16 pessoas que representam o movimento de liderança dessa ocupação residencial, sendo que todas as casas populares estão invadidas e em cada rua há um representante para

⁴ Líder do Conjunto Residencial Castanheira, doméstica.

liderar e tentar manter a ordem no território que ocupam. Contudo, os problemas sociais que mais afetam este local são a prostituição e as drogas.

A própria classe política colabora para o aumento das desigualdades sociais, das injustiças, dado os anos iniciais de ocupação e formação destes bairros, não há projetos aprovados para pavimentação de ruas e urbanização destas áreas, ou seja, há o que se fazer para melhorar as condições de vida desses cidadãos, o que não há é interesse político em o fazer.

2.5 OCUPAÇÃO / BAIRRO DEUS É FIEL

O Bairro Deus é Fiel está localizado no entorno do Bairro do Abial, foi ocupado inicialmente no ano de 2012 por pessoas que conforme a mencionado anteriormente na formação de outros bairros próximos, não tinham moradia digna. A área ocupada conforme o Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tefé, pertence à Empresa Calabura Participações e Empreendimentos Ltda. e conforme as lideranças do local a outra parte deste terreno pertence à prefeitura.

O Sr. Leandro⁵ Leonardo Lopes, líder do bairro, em entrevista concedida no dia 21/10/2018, ao ser indagado se possui algum documento, recibo, Título Definitivo ou outro documento que lhe confere o direito legal como proprietário deste terreno ele responde: *“Não, hoje ninguém tem nenhum documento.”* Desta forma, Deus é Fiel é um bairro que abriga 473 famílias, distribuído em 12 ruas, organizado em 930 lotes de terras, porém nem todos os lotes possuem habitação ainda, foi ocupado de forma ilegal, por necessidade social as pessoas assumem o risco e os desafios.

Segundo os moradores do Bairro Deus é Fiel, atualmente o governador do Estado do Amazonas, Amazonino de Souza Mendes comprou o referido terreno para que os cidadãos que ali residem pudessem construir uma moradia digna em terreno próprio, Bairro que abriga 936 pessoas. Entretanto, ao buscar informações junto ao setor competente de Terras da PMT foi observado que esta área continua pertencendo à empresa supra mencionada e outra parte pertence ao Patrimônio Municipal. Assim, o povo infelizmente ainda acredita em promessas políticas o quanto deveriam mesmo era se organizar e possuir seus lotes de terras para construir habitações de forma legal perante a legislação brasileira. Faoro ressalta afirma sobre essa questão.

⁵ Líder do Bairro Deus é Fiel, autônomo.

Em última análise, a soberania popular não existe, senão como farsa, escamoteação ou engodo. Já na estrutura normativamente constitucional, democrática na essência, os detentores do poder participam na formação das decisões estatais, mediante mecanismos de controle que atuam na participação popular. Não importa que o encadeamento que vai da cúpula à base esteja enrijecido por minorias diretoras, contanto que o circuito percorra a escala vertical (FAORO, 2012, p. 641).

Nesse ensejo, ressalta-se que a classe política pouco se importa com as mazelas do povo, há de se observar que inúmeros planos de governo divulgados em período de campanha política não são cumpridos, a democracia não existe de fato, as leis são burladas em benefício da elite social e política, a soberania do povo é fictícia e ideológica. Historicamente as ordens e leis vêm de cima para baixo de uma classe que comanda para outra classe que é dominada, historicamente foi assim no Brasil e atualmente este cenário permanece o mesmo.

A imagem abaixo apresenta parte do Bairro Deus é Fiel, conforme abordado anteriormente surgiu de forma desordenada eis o motivo das ruas serem pequenas, sem pavimentação, algumas ruas de difícil acesso até mesmo para pedestres devido o matagal, buracos e lama. A iluminação pública é clandestina, porém a água é ofertada de forma legal. As condições de vida e habitação são precárias em um contexto marcado pelo desemprego e miséria.

Figura 07: Ocupação/Bairro Deus é Fiel.



Fonte: MORAES, Thiago, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bairro do Abial é separado geograficamente da sede do município de Tefé pelo igarapé do Xidarini, no entorno dele havia vários lotes de terras em desuso, porém, com proprietários legalmente constituídos pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Tefé e/ou Cartório da 1ª Vara da Comarca de Tefé, sendo que os primeiros Títulos Definitivos foram outorgados a partir de 1976 por influencias capitalistas.

A partir de então as terras do Patrimônio Municipal que eram públicas tornaram-se privadas, pois foram vendidas a pessoas físicas e jurídicas, ou seja, por quem possuía condições de comprar, fortalecendo desta forma o capitalismo, a sociedade patrimonialista e a divisão de classes sociais no município de Tefé, sendo que os principais proprietários de terras destas áreas são: Guilhermina dos Santos Torres, Américo Queiroz Batalha, Paulo Jacinto de Oliveira, Vila Engenharia Ltda. e Calabura Participações e Empreendimentos Ltda.

Porém, com o passar dos anos e mediante a necessidade de pessoas que não possuíam casa própria, outras que moravam em habitações de risco como em palafitas e flutuantes, tais áreas territoriais foram ocupadas de forma ilegal com exceção de parte do Bairro Colônia Ventura que foi doado alguns lotes pela Sociedade Espírita da Igreja Católica para fieis da referida igreja, desta forma formou-se nestes locais os Bairros Deus é Fiel, Conjunto Residencial Castanheira e outra parte do Bairro Colônia Ventura.

A área do Bairro Colônia Ventura que foi ocupado de forma ilegal, foi usurpada por pessoas armadas com armas branca que devastaram a região e derrubaram árvores nobres no caso a castanheira.

O Conjunto Residencial Castanheira formou-se em área territorial do ex proprietário Paulo Jacinto de Oliveira, obra pública inacabada, com investimento de 46 milhões de reais, do Programa Minha Casa, Minha Vida, obra do governo federal em convenio com o Banco do Brasil, sendo que por falta de fiscalização do poder executivo, legislativo e judiciário, a empresa responsável pelo projeto não o concluiu e o abandonou. E, a partir de agosto do ano em curso as casas populares inacabadas foram ocupadas clandestinamente.

O Bairro Deus é Fiel foi ocupado em área territorial pertencente uma parte à Empresa Calabura Participações e Empreendimentos Ltda. e outra parte à Prefeitura

Municipal de Tefé. Possui 930 lotes de terras, nem todos os lotes possuem habitação, e, caso o poder público municipal tivesse interesse em beneficiar pessoas carentes ou até mesmo cidadãos pertencentes ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Tefé seria possível realizar um projeto que valorizasse de fato quem realmente precisa.

Contudo, não há interesse político em beneficiar a população tefeense com projetos de habitação conforme foi possível perceber historicamente ao analisar os Títulos Definitivos. A população acredita em falsas promessas durante as campanhas eleitorais e após a eleição a sociedade política manipula, oprime, defende apenas os seus interesses e usufrui do patrimônio público como se fossem seus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz. FONTES, Rosa Maria Oliveira. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil.** *In:* Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Vol. 4. Nº 7. Jul / Dez 2009.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia.** *In:* Estudos avançados 19 (53). 2005.

BORGES, Karin Hembik. **A questão fundiária e o manejo florestal sustentável de pequena escala no Estado do Amazonas.** Floresta viva: projeto de promoção do manejo sustentável das florestas pela produção da madeira no Amazonas, 2006.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964.** Dispões sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964.

CANUTO, Antônio; BALDUÍNO, Dom Tomás. **Reforma Agrária, Ontem e Hoje.** Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS. Salvador: Julho/Agosto, 2003.

CONCEIÇÃO, Rosilene Silva da. **A questão agrária na Amazônia Brasileira.** *In:* XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

DE CAMPOS GOUVÊA, Denise; COELHO ÁVILA, Paulo; BERNARDES RIBEIRO, Sandra. **A Regularização Fundiária Urbana na Amazônia Legal.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. vol. 11, núm. 2, novembro, 2009.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. **Estatuto da terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar.** *In:* Antítese. Volume 7. Nº 13. Jan./Jun. 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** – 5ª. Edição. – São Paulo : Globo, 2012.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: O tempo da ditadura militar – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Transição do Brasil Império à República Velha.** *In:* Revista Iberoamericana de Filosofia, Políticas e Humanidades. Ano 13. Nº 26. Araucaria, 2011.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil.** *In:* Estudos Avançados 16 (45), 2002.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão. In: **Estudos avançados 19 (53)**. 2005.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889)**: panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo. HUCITEC, 1991.

PEREIRA, José Matias. **O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia**: A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. In: Revista de informação legislativa. Brasília a. 34 n. 134 abr./jun. 1997.

PESSOA, L. Protásio. **História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebás**. Tefe/Manaus/Amazonas: Novo Tempo Ltda., 2004.

PORTO, Kátia de Souza. **Impactos socioambientais no processo de ocupação da orla do município de Tefé/Amazonas – o Bairro do Juruá**. Tese de Mestrado apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, José Ismael da. Et al. **A origem do latifúndio e as consequências de sua consolidação**. In: Geo Temas; pau dos ferros. V. 4. Nº 1. Jan / Jun. Rio Grande do Norte, Brasil, 2014.

_____, Félix Lélis da. Et al. **A dinâmica de ocupação da Amazônia Brasileira**: do interesse político e econômico aos conflitos socioambientais. In.: Eumed. Net. 2015.

SIQUEIRA, Sandra M. M.; PEREIRA, Francisco. **Marx e Engels**: Luta de classes, socialismo científico e organização política. LeMarx, Salvador-BA, 2014.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500 - 1960. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ANEXOS